

A politização do mundo



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA
GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO
LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

UNICAMP ANO 50

Comissão Editorial

ITALA M. LOFFREDO D'OTTAVIANO
EDUARDO GUIMARÃES

Romain Descendre

A POLITIZAÇÃO DO MUNDO

TRADUÇÃO

José Horta Nunes

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

D355p Descendre, Romain.
A politização do mundo. / Romain Descendre; tradução: José Horta Nunes. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

1. Linguística – Europa. 2. Geografia política. 3. Filologia. I. Nunes, José Horta. II. Título

CDD - 410.94

- 911

ISBN 978-85-268-1304-5

- 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística – Europa	410.94
2. Geografia política	911
3. Filologia	410

Copyright © by Romain Descendre
Copyright © 2015 by Editora da Unicamp

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – MAQUIAVEL E O “SELVAGEM” MONTANHÊS, OU SOBRE A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DO MUNDO.....	7
1 – DO OLHO DA HISTÓRIA AO OLHO DA POLÍTICA: SOBRE O NASCIMENTO DA GEOGRAFIA POLÍTICA NO SÉCULO XVI (RAMUSIO E BOTERO).....	13
2 – NOVIDADE E ALTERIDADE: O <i>MUNDUS NOVUS</i> DE AMÉRICO VESPÚCIO (AUGSBURGO, 1504).....	41
3 – <i>STATO, IMPERIO, DOMINIO</i> : SOBRE A UNIDADE DAS NOÇÕES DE ESTADO E DE IMPÉRIO NO SÉCULO XVI	57
4 – AS CIDADES E O MUNDO: COMPARATISMO GEOGRÁFICO E TEORIA DO CRESCIMENTO URBANO NO INÍCIO DA IDADE MODERNA.....	71
5 – UMA GEOPOLÍTICA PARA A CONTRARREFORMA: AS <i>RELAZIONI UNIVERSALI</i> DE GIOVANNI BOTERO (1544-1617)	117
6 – UMA MONARQUIA “QUASE UNIVERSAL”: GEOPOLÍTICA DO IMPÉRIO NAS <i>RELAZIONI UNIVERSALI</i> DE GIOVANNI BOTERO.....	129
7 – AS “DUAS ALMAS” SEPARADAS: AMBIVALÊNCIA DO PAPADO NA OBRA DE GIOVANNI BOTERO	147

8 – AS “TURBULÊNCIAS” E AS “ORDENS”: AS GUERRAS CIVIS E AS INSTITUIÇÕES DA FRANÇA NA <i>RELAZIONE</i> DO EMBAIXADOR VENEZIANO PIETRO DUODO (1598).....	159
9 – CONDUZIR A GUERRA DAS PALAVRAS: PAOLO SARPI, VENEZA E O MUNDO NO INÍCIO DO SÉCULO XVII.....	181
10 – QUANDO O MAR É TERRITÓRIO: PAOLO SARPI E O <i>DOMINIO DEL MARE ADRIATICO</i>	201

Introdução

MAQUIAVEL E O “SELVAGEM” MONTANHÊS,
OU SOBRE A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DO MUNDO*

AO INTRODUZIR sua obra política mais importante, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel diz que seu trabalho consiste em “encontrar novos modos e ordens”, adotando um caminho que “ainda não foi trilhado [*trito*] por ninguém”; e, como tal, sua exploração é tão perigosa “quanto procurar mares e terras desconhecidos”.¹ Dizem que é um lugar-comum retórico: alguns editores citam Lucrécio,² e poderíamos evocar também o Ulisses reinventado por Dante, condenado ao naufrágio por buscar “a experiência, rumo ao oriente, do mundo inabitado”, e “seguir a virtude e o conhecimento”.³ No entanto, a comparação maquiaveliana é original. Assimilando a descoberta de “mares e terras desconhecidos” à invenção de “novos modos e ordens”, Maquiavel lembra infalivelmente o célebre *Mundus Novus* de Américo Vespúcio. Nessa carta parcialmente apócrifa a Lorenzo di Pierfrancesco de Médici, que desde sua publicação em 1504 obteve uma extraordinária difusão europeia, as terras recentemente descobertas foram, pela primeira vez, descritas como um novo continente. Alguns meses mais tarde, aparecia em Florença a *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi*, endereçada dessa vez ao gonfaloneiro Pier Soderini. Ligado pela amizade e pela função tanto a Soderini quanto a Agostino Vespúcio – o primo de Américo era o assistente de Maquiavel na Chancelaria –, é muito pouco provável que o secretário florentino não tenha estado com esse texto em suas mãos.⁴ Diferentemente de outros relatos de viagem da mesma época – em particular os de Cristóvão

* Uma parte deste texto foi publicada em P. Carta & R. Descendre (orgs.), “Présentation”, *Laboratoire italien. Géographie et politique au début de l'âge moderne*, 8, 2008, pp. 5-13. Disponível em: <<http://laboratoireitalien.revues.org/60>>.

Colombo –, as cartas de Vespúcio afirmam claramente que o que foi descoberto é uma coisa novíssima [*novissima res*], que modifica ao mesmo tempo a ciência dos antigos e o dogma dos cristãos.⁵ É essa nova geografia e, diríamos hoje, a mudança de paradigma que ela provoca, que Maquiavel evoca quando tem necessidade de significar a novidade de seu pensamento político. Poderíamos dizer que geografia e política, tanto no nível prático quanto no teórico, atingem paralelamente, no início do século XVI, esse limiar perigoso para além do qual nada é mais como antes? Haveria sentido em relacionar a *novissima res* de Vespúcio às *res novae*, que, na tradição latina, designam as mudanças políticas? Sem dúvida, com a condição, todavia, de não ceder prontamente ao esquematismo sedutor da pura ruptura epistemológica. A nova geografia humanista desenvolveu-se tanto graças ao estudo de Ptolomeu quanto contra ele. A descoberta de *modi e ordini nuovi*, para Maquiavel, era também uma redescoberta: uma história do presente que faz um desvio por Tito Lívio. Mais tarde, a sistematização política mais ampla do Estado nascente irá basear-se, com Bodin, na autoridade da doutrina jurídica medieval. Desse ponto de vista, continua paradoxalmente válido o paralelo que Maquiavel estabelece entre descobertas geográficas e invenções políticas. Além disso, Maquiavel está para a nova política como Vespúcio está para a América: ele não a inventou; ele a associou a seu nome.

Nove anos depois da criação da congregação cardinalícia Propaganda Fide (1622), seu secretário e principal dirigente executivo, monsenhor Francesco Ingoli, finaliza em 1631 sua *Relazione delle Quattro Parti del Mondo*. Interlocutor privilegiado dos missionários enviados aos quatro cantos do mundo, ele aproveita o cargo que ocupa para redigir uma geografia universal, humana, política e religiosa. Um livro na linha das *Relazioni universali*, que Giovanni Botero havia começado a publicar 40 anos antes, e que sistematizava em uma obra orgânica os relatos dos embaixadores e as cartas desses “cartógrafos da cristandade” que eram os missionários e os núncios apostólicos.⁶ Para Ingoli, trata-se de fazer um levantamento das atividades da congregação, dos resultados obtidos, mas também das dificuldades encontradas no empreendimento de evangelização universal. No início de seu texto, ele se dedica a sublinhar a novidade e a amplidão inauditas do domínio de competência da congregação Propaganda Fide:

A vigilância e a organização pastoral da Congregação abraçam o mundo todo, e continuarão se estendendo cada vez mais a suas partes até agora desconhecidas ou não exploradas. Não há certamente, desde que o mundo foi criado, nenhuma organização tão especial e diligente, com um chefe só e um pequeno número de membros, como a nossa Congregação, que se estendeu para todo o mundo ao mesmo tempo.⁷

Entre a época de Maquiavel e a de Ingoli, o conhecimento e o próprio conceito de Terra foram modificados; graças aos exploradores, aos missionários e aos geógrafos, o mundo tornou-se visível e, pela primeira vez, apreensível em sua totalidade. Mas, tal como Ingoli a apresenta, a novidade dessa apreensão não é tanto epistemológica quanto política: desde então se tornou possível atribuir a uma só instituição, e às poucas pessoas que a dirigem, uma missão cuja extensão coincide com a da Terra. Pouco importa aqui que essa jurisdição não seja temporal mas sim espiritual – uma *cura*, certamente não um *imperio*. Pouco importa também que no mesmo período as potências protestantes ganham terreno graças à conquista de vastos espaços terrestres e marítimos. Se a aspiração universalista é inerente à própria natureza do catolicismo, ela se realiza a partir de então por meio de um órgão concreto de governo. Trata-se, ainda, para retomar as palavras de Vespúcio, de “coisa totalmente nova”.

A *Relation de ce qui s'est passé en la Nouvelle France, en l'année 1636* do padre Paul Le Jeune, superior do Quebeque, é uma dessas incontáveis cartas anuais que os jesuítas se encarregam de enviar a seu padre provincial. Entre muitas outras coisas, ele relata ali uma conversa que os agentes missionários franceses tiveram com “selvagens” *montagnais* [montanheses]* em dezembro de 1635, aos quais eles explicavam que a grande mortalidade que os atingia se devia a seu consumo abusivo do álcool. Um “bárbaro” interveio então para tomar “a defesa do vinho & da aguardente”:

Não, disse ele, não são essas bebidas que nos tiram a vida, mas seus escritos: porque desde que vocês desprezaram nosso país, nossos rios, nossas terras e nossas árvores, todos nós morremos, o que não acontecia antes que vocês viessem aqui. Nós começamos a rir ao ouvir essas novas causas de suas doenças. Eu lhes disse que nós descrevíamos todo mundo, que descrevíamos nosso país, o dos hurons, o dos hiroqueses; em resumo, toda a terra, e, se não morriam em outro lugar, como acon-

* Os montanheses [*montagnais*], ou inuítas (*innus*), constituem na época uma das comunidades autóctones do Quebeque (Labrador). (N. do T.)

tece em seu país, era necessário que a morte viesse de outro lugar. Eles concordaram com isso.⁸

Temos aqui um exemplo impressionante da capacidade paradoxal dos indígenas e da “visão dos vencidos” para desvendar a dominação de seus opressores. A meio caminho entre Estrabão – “a geografia totalmente orientada para a prática do governo”⁹ – e Lacoste – *A geografia serve antes de tudo para fazer a guerra*¹⁰ –, o montanhês anônimo de Le Jeune não vê nenhum mal em reconhecer a ligação essencial entre geografia e opressão. Mais precisamente, assim como a escrita, cuja “função primária [...] é facilitar a submissão” (como o constatou Lévi-Strauss depois de ter observado o uso que os Nambiquara fizeram da escrita desde que descobriram sua existência¹¹), a descrição e a carta (dois termos substituíveis entre si na época) são imediatamente percebidas como o instrumento último do poder, no que ele tem de mais sombrio. É particularmente surpreendente que, desde o primeiro terço do século XVII, pela via desviante da fala indígena, a geografia seja denunciada como um saber colonial mortífero. A ironia totalmente narrativa dessa história – embora o padre Le Jeune pareça não perceber – é que a continuação imediata dessa passagem anuncia a morte de Samuel de Champlain, em 25 de dezembro de 1635. Champlain não era somente o fundador do Quebeque, governador e “pai da Nova França”; foi ele que, primeiramente, havia justamente “descrito” todo o país por meio de várias cartas, notadamente nas duas versões de sua *Carte de la Nouvelle-France*, em 1613 e 1632.¹² O governador e cartógrafo Champlain morria no momento mesmo em que um indígena, ridicularizado injustamente, denunciava a potência letal da cartografia.

Em meio a tantos outros exemplos possíveis, temos aí três que ilustram a riqueza das ligações entre geografia e política no início da Idade Moderna e, portanto, a multiplicidade dos pontos de vista que se podem adotar para melhor distingui-los. Por meio de uma simples figura retórica, Maquiavel acentua as questões heurísticas comuns a dois saberes amplamente abalados no começo do século XVI: são abordadas aqui as analogias e as complementaridades entre a geografia e a política enquanto formas de pesquisa e de saber. A observação de Francesco Ingoli sobre o dicastério Propaganda Fide ressalta a novidade dessa institucionalização da preocupação com o mundo, por meio da gestão, por um só órgão de governo, de uma jurisdição espiritual com pretensão universal: geografia e política se comunicam aqui através de uma forma de estati-

zação do governo das almas. Restituindo a fala de um montanhês pelo discurso direto, o padre Le Jeune desvela, através do que considera ser apenas uma anedota engraçada e ingênua, os efeitos políticos e militares da técnica cartográfica: subordinado à política, o saber geográfico está antes de tudo a serviço da conquista dos espaços e da submissão das populações.

A dimensão política da geografia e, inversamente, a utilidade da abordagem geográfica para melhor dar conta das realidades políticas são hoje reconhecidas como evidências, notadamente pela intermediação dos dois campos disciplinares, parcialmente concorrentes, que são a “geografia política” e a “geopolítica”. Aliás, já há muito tempo, os historiadores integraram os aportes específicos da geografia para explicar os fenômenos sociopolíticos de longa duração. Ao contrário, curiosamente, os especialistas do pensamento político e os historiadores da geografia só raramente aprofundaram as relações que poderiam existir, desde o início da época moderna, entre seus dois campos de investigação. Existe uma literatura crítica tão abundante quanto apaixonante sobre o nascimento da geografia moderna, analisada do ponto de vista da história das ciências, ou por uma ótica epistemológica.¹³ Do mesmo modo, a importância dos viajantes e dos “geógrafos-historiadores” do século XVI na história da literatura, na Renascença, é desde então bem estabelecida.¹⁴ Os efeitos intelectuais das grandes descobertas e seu papel inegável na elaboração de grandes categorias da “modernidade” (o “relativismo”, a visão do “outro” etc.) ocupam uma parte não negligenciável da história das representações.¹⁵ Por outro lado, só existe um número limitado de análises monográficas, e não de síntese de conjunto, dedicadas à utilização que os autores políticos fizeram do saber geográfico de sua época,¹⁶ ou dedicadas à dimensão propriamente política dos textos geográficos do início da época moderna. Os artigos reunidos neste livro podem ser lidos nessa direção.

Notas

- 1 “Ancora che, per la invida natura degli uomini, sia sempre suto non altrimenti pericoloso trovare modi ed ordini nuovi, che si fusse cercare acque e terre incognite, per essere quelli più pronti a biasimare che a laudare le azioni d'altri; nondimanco, spinto da quel naturale desiderio che fu sempre in me di operare, senza alcuno rispetto, quelle cose che io creda rechino comune beneficio a ciascuno, ho deliberato entrare per una via, la quale, non essendo suta ancora da alcuno trita, se la mi archerà fastidio e difficoltà, mi potrebbe ancora arcare premio, mediante quelli che umanamente di queste mie fatiche il fine considerassino.” N. Machiavelli, *Opere*, I, C. Vivanti (org.), Torino, Einaudi-Gallimard, 1997.

- 2 *De rerum natura*, I, 926-927, “peragro loca, nullius ante / trita solo”.
- 3 “L’esperienza, / di retro al sol, del mondo sanza gente”, e “seguir virtute e conoscenza”, *Inf.* XXVI, pp. 116-117, 120.
- 4 O. Tommasini, *La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli nella loro relazione col machiavellismo*, Torino, 1883, II, pp. 148-149.
- 5 Ver M. Pozzi, “Politica e grandi scoperte geografiche”, em *Laboratoire italien. Géographie et politique au début de l’âge moderne*, *op. cit.*
- 6 Sobre os núncios “cartógrafos da cristandade”, ver P. Carta, “I cartografi della cristianità”, *ibidem*.
- 7 “Abbraccia la vigilanza e la cura pastorale della Congregazione tutto il mondo, e sempre più alle parti di esso, sin’hora incognite, o non praticate si andrà estendendo. Né per certo, da poi che il mondo istesso è creato, alcuna cura così spetiale, e diligente d’un capo solo, e di un piccolo numero di membra, com’è quella della nostra Congregazione si è per tutto il mondo nel medesimo tempo distesa.” F. Ingoli, *Relazione delle Quattro Parti del Mondo*, F. Tosi (org.), Roma, Urbaniana University Press, 1999, p. 12.
- 8 “Non, dit-il, ce ne sont pas ces boissons qui nous ostent la vie; mais vos écritures: car depuis que vous avez décry nostre país, nos fleuves, nos terres, & nos bois, nous mourons tous, ce qui n’arriroit pas devant que vous vinsiez icy. Nous nous mismes à rire entendans ces causes nouvelles de leurs maladies. Je leur dy que nous décrivions tout le monde, que nous décrivions nostre país, celuy des Hurons, des Hiroquois; bref toute la terre, & cependant qu’on ne mouroit point ailleurs, comme on fait en leur país, qu’il falloit donc que leur mort provint d’ailleurs; ils s’y accordèrent”, em *Relation de ce qui s’est passé en la Nouvelle France en l’année 1636. Envoyée au R. Père Provincial de la Compagnie de Jésus en la Province de France. Par le P. Paul Le Jeune de la mesme Compagnie, Supérieur de la résidence de Kébec*, Paris, S. Cramoisy, 1637, pp. 199-200. Carlo Ginzburg cita essa passagem de Le Jeune atribuindo-a erroneamente a Paul (*sic*, ler Jean) de Brébeuf, autor da *Relation de ce qui s’est passé dans le pays des Hurons en l’année 1636. Envoyée à Kébec au R. P. Paul Le Jeune Supérieur de la Compagnie de Jésus, en la Nouvelle-France*, publicada em seguida à *Relation* de Le Jeune, no mesmo volume (C. Ginzburg, *Il filo e le tracce. Vero falso finto*, Milano, Feltrinelli, 2006, pp. 98-99).
- 9 Strabon, I, 1, 16.
- 10 Y. Lacoste, *La géographie ça sert d’abord à faire la guerre*, Paris, Maspero, 1976.
- 11 C. Lévi-Strauss, *Tristes tropiques*, Paris, Plon, 1955, cap. 28, pp. 312-324.
- 12 S. Champlain, *Les voyages [...] ou Journal très-fidèle des observations faites és découvertures de la Nouvelle France*, Paris, Jean Berjon, 1613; *idem*, *Voyages de la Nouvelle-France occidentale, dicte Canada*, Paris, L. Sevestre, 1632. Podem-se consultar as duas cartas de Champlain na biblioteca digital Gallica. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>>. Ver também N. Doiron, “La Réplique du monde”, *Etudes françaises*, 21, 2, 1985, pp. 61-89.
- 13 Para nos limitarmos a algumas sínteses importantes, citemos F. de Dainville, *La géographie des humanistes* (1940), Genève, Slatkine Reprints, 1969; N. Broc, *La géographie de la Renaissance* (1980), Paris, Éditions du CTHS, 1986; J.-M. Besse, *Les grandeurs de la Terre. Aspects du savoir géographique à la Renaissance*, Lyon, ENS Éditions, 2003.
- 14 Citemos, na França, os vários trabalhos de Frank Lestringant e, na Itália, os de Mario Pozzi.
- 15 Ver, notadamente, J. H. Elliott, *The Old World and the New. 1492-1650*, Cambridge, Cambridge University Press, 1970; S. Landucci, *I filosofi e i selvaggi. 1580-1780*, Bari, Laterza, 1972; A. Pagden, *The Fall of Natural Man. The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*, London/New York, Cambridge University Press, 1982; T. Todorov, *La conquête de l’Amérique. La question de l’autre*, Paris, Seuil, 1982.
- 16 Em relação ao pensamento político, mais do que o saber geográfico enquanto tal, é a incidência das descobertas que foi estudada. Ver, notadamente, no volume *First Images of America. The impact of the New World on the Old*, F. Chiappelli (org.), Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1976, os artigos de A. J. Slavin, “The American Principle from More to Locke”, pp. 139-164, e R. Romeo, “Jesuit Sources and the Italian Political Utopia in the Second Half of the Sixteenth Century”, pp. 165-184.

DO OLHO DA HISTÓRIA AO OLHO DA POLÍTICA:
 SOBRE O NASCIMENTO DA GEOGRAFIA POLÍTICA
 NO SÉCULO XVI (RAMUSIO E BOTERO)*

EM QUE sentido podemos falar em “geografia política” no século XVI, mais especificamente na Itália? No âmbito de uma pesquisa que questiona as relações entre o saber geográfico e o pensamento político no início da Idade Moderna, tentarei trazer alguns elementos para responder a essa pergunta, detendo-me em Giovanni Battista Ramusio (1485-1557) e Giovanni Botero (1544-1617), autores das duas maiores enciclopédias geográficas do século XVI italiano, a *Navigazioni e viaggi* e a *Relazioni universali*.

Uma famosa expressão do cartógrafo holandês Abraham Ortelio afirma que a geografia é o olho da história, *historiae oculus geographia*. Presente na Introdução do seu *Theatrum orbis terrarum*, publicado em 1570, a frase aparecia, 25 anos mais tarde, no frontispício do *Parergon*, o suplemento ao *Theatrum* dedicado à cartografia do mundo antigo (1595).¹ A afirmação de Ortelio traduzia um conceito e um uso das cartas geográficas que existiam no final da Alta Idade Média e que a época humanista contribuiu para difundir ainda mais: um uso pedagógico da geografia, que servia para visualizar e memorizar a história.² Mais exatamente, as palavras de Ortelio ecoavam os usos da geografia antiga na época de sua redescoberta, e em particular aqueles da obra mais difundida e influente do final da primeira metade do século XV, a *Geografia* de Ptolomeu.³ Durante todo o século XV, o sucesso das obras geográficas antigas dependia

* Romain Descendre, “Dall’occhio della storia all’occhio della politica sulla nascita della geografia politica nel cinquecento (Ramusio e Botero)”, em Enrico Mattioda (org.), *Atti del Convegno internazionale di studi (Torino, 20-22 maggio 2009)*, Firenze, L. S. Olschki, 2010, pp. 155-179 (Biblioteca dell’“Archivum Romanicum” – Serie I: Storia, Letteratura, Paleografia, vol. 377).

em primeiro lugar da necessidade de identificar, localizar e visualizar os locais mencionados nos textos literários e historiográficos antigos.

Assim, nos ambientes humanistas, o sucesso extraordinário das cópias manuscritas da *Geografia* de Ptolomeu, e em seguida da edição impressa, deveu-se principalmente à longuíssima lista de topônimos antigos e de suas respectivas posições. As razões pelas quais os literatos eram particularmente ávidos por toponímias eram filológicas. Somente depois se tornou primordial a natureza metodológica e científica da cartografia ptolomaica, vale dizer, a rede das coordenadas latitudinais e longitudinais, graças às quais se instituía um quadro representativo, rigoroso e aberto, no interior do qual era sempre possível inserir o desenho das regiões pouco a pouco descobertas. Mas foi demonstrado que este *mathematicorum mos*, como o definia Jacopo Angelo, o primeiro tradutor da obra, foi explorado mais pelos estudiosos humanistas nórdicos do que pelos italianos.⁴ No século XVI, a ciência geográfica acolheu o duplo paradigma ptolomaico – primeiro, o filológico literário, e segundo, o cartográfico matemático – e o traduziu nessa ideia de uma geografia olho da história, que transformava o mapa e a descrição geográfica em uma verdadeira arte da memória. Tratava-se, antes de tudo, de um instrumento meditativo, com implicações densamente religiosas e espirituais (Mercator e Ortelio), ou jurídicas e filosóficas (como no caso do *Methodus* de Bodin).⁵

Portanto, a partir da metáfora do *olho da história*, poderíamos cunhar de modo preciso uma outra, a do *olho da política*, para indicar um outro uso da geografia, cada vez mais presente no decorrer do século XVI. Essa geografia política constrói-se paralelamente, mas também, às vezes, em oposição ao modelo da geografia *historiae oculus* – é o caso de Giovanni Botero, que não só recusava submeter a geografia à história, mas afirmava que a única história que importava verdadeiramente era a do mundo contemporâneo:

A prudência se aperfeiçoa muito mais com a experiência das coisas modernas do que com a dos antigos [...] E, embora pelos acidentes decorridos se possa fazer juízo dos atuais, não obstante muito mais seguro será o juízo fundamentado naquilo que se vê e se toca, do que apoiado nas proezas dos gregos e romanos;⁶

e logo depois Botero especificava que esse tinha sido o motivo profundo para escrever suas *Relazioni universali*.⁷

O vínculo entre geografia e política não é uma invenção do século XVI. A afirmação de tal nexos remonta aos tempos antigos, e sobretudo a Estrabão, que

indicava, entre as razões de ser de sua *Geografia*, a utilidade que os príncipes poderiam obter para o governo dos povos.⁸ É preciso acrescentar, no entanto, que o livro de Estrabão foi uma verdadeira “descoberta” dos modernos: quando, em 1439, Giorgio Gemisto levou o manuscrito grego para Florença, ninguém – nem mesmo nos tempos antigos – o havia jamais lido; soubemos depois que o texto não teve influência significativa anteriormente à segunda metade do século XV, com a difusão impressa da tradução de Guarino Veronese.⁹ Desde então, Estrabão, com suas ricas e finas descrições, tornou-se o geógrafo antigo mais apreciado não tanto pelos cientistas humanistas quanto pelos homens de Estado. Além do mais, no final do século XVI não foram escritos textos geográficos com uso político direto. O escopo principal de uma obra importante como a *Cosmographia* de Enea Silvio Piccolomini (Pio II) era explicitamente estudar os territórios e os povos, para compreender sua história.¹⁰ Antes da segunda metade do século XVI, os escritores de temas políticos não se preocupavam em ter um olhar atento aos territórios e ao espaço geográfico, e muito menos em apresentá-lo por meio de um quadro orgânico e complexo.

A emergência da geografia política no século XVI – da qual não pretendo tratar aqui os motivos, que são numerosos e não somente atribuíveis à burckhardtiana “descoberta do mundo exterior” – não significa certamente a invenção de uma “disciplina” ou de um saber específico e constituído, o que seria um evidente anacronismo.¹¹ Essa geografia política é constituída de textos e análises que afrontam conjuntamente as instâncias políticas e geográficas, segundo dois direcionamentos principais bem distintos, ainda que por vezes estreitamente unidos pela reflexão. Eles estão relacionados à especificação da política segundo o binômio “leis e armas”, de origem justiniana, realocada no centro do pensamento da obra maquiaveliana, característico do século XVI. Além da dimensão exótica, e às vezes aventureira e fantástica, da literatura geográfica, um motivo importante do seu sucesso foi o incentivo para reconsiderar o direito: novos costumes significavam novas leis, novas instituições, novos hábitos. Na época da afirmação da soberania do Estado, da reconsideração completa do direito comum medieval, das instituições e da magistratura, a literatura geográfica nutriu fortemente o comparatismo jurídico-político expandido na segunda metade do século XVI.¹² Exatamente em 1550, ano da publicação da primeira parte das *Navigazioni e viaggi*, Anton Francesco Doni reconhecia perfeitamente o fenômeno em sua *Libreria*: “Aqueles que escrevem os costumes dos outros países e dos homens, seja por utilidade ou por diversão, me proporcionam um

grande prazer, por ouvir coisas novas e por fazer comparações entre as leis para saber quais são as melhores”.¹³ Já historicizado pelo humanismo jurídico, o direito foi quase relativizado pela renovada reflexão sobre o direito das gentes, provocada pela difusão da informação geográfica. Como se sabe, foi na França da guerra das religiões, com Montaigne e Bodin, que foram produzidas as obras mais significativas desse direcionamento.

Mas agora deixaremos “o discurso das leis” [“el ragionare delle legge”] para falar “das armas” [“delle arme”].¹⁴ Também nesse campo – entendido, como em Maquiavel, em sentido lato, isto é, não somente militar mas também político-estratégico – ressalta-se a importância da nova literatura geográfica: desde então as interações entre os espaços e as relações de força, entre as estratégias e os territórios são pensadas diversamente. Multiplicam-se os textos interessados nas forças próprias ao Estado, que não contemplam somente os arranjos institucionais e dão a mesma importância às dimensões territoriais, demográficas, militares e econômicas dos vários países. Os primeiros a proporem esse tipo de análise de modo sistemático e a redigirem textos orgânicos nessa matéria são os venezianos, em um âmbito oficial, com os relatos de seus embaixadores, lidos diante do primeiro magistrado (*doge*), no Collegio ou no Senado, após o retorno deles. A República veneziana não foi a única a produzir tais textos, mas seus relatos de embaixada foram os que mais influenciaram o amadurecimento da geografia política.¹⁵ Certamente, a grande obra que universalizou esse modelo, o livro de Botero intitulado não por acaso *Relazioni universali*, indica muitas outras fontes, nem sempre políticas: descrições e narrações de viagens, cartas de missionários, monografias de geografia descritiva dedicadas a países específicos. Mas é provavelmente uma perspectiva desviante aquela que separa, nesse assunto, literatura geográfico-política, literatura de viagem e geografia *tout court*: assim como os textos mais políticos no campo da geografia se nutrem daqueles mais eruditos, a problemática política é frequentemente inserida na constituição do saber geográfico, mesmo quando isso é endereçado essencialmente aos estudiosos. Aqui está exatamente o primeiro ponto que pretendo ilustrar com o caso de Ramusio: Por que o discurso geográfico é, ao mesmo tempo, discurso político, independentemente da vontade dos pensadores políticos que se apropriam do saber geográfico? Em um segundo momento, procurarei evidenciar como um pensamento geopolítico específico nasce quando o olhar de um pensador como Botero se debruça sobre o território.

As *Navigazioni e viaggi*, publicadas em Veneza, entre 1550 e 1559, foram a mais ampla e a mais influente compilação de literatura de viagem do século XVI.¹⁶ Contentar-se em designar a obra nesses termos seria, no entanto, discrepante e limitador. Em primeiro lugar, porque não se trata somente de literatura de viagem: os relatos de viagem enquanto tais não constituem o tema único de todos os textos reunidos. Dentre eles, muitos apresentam descrições de países e Estados, e têm eventualmente origem política ou diplomática. Ali se encontram, por exemplo, cartas trocadas entre reis ou entre reis e papas,¹⁷ relatos escritos por capitães, ou ainda, no segundo volume, o assim chamado relato de um embaixador veneziano, Ambrosio Contarini, enviado à Pérsia em 1474, já impresso em 1487.¹⁸ Não se percebia uma diferença substancial entre cartas de viajantes e relatos de embaixadores, ainda que em Veneza a proibição de difundir os relatos de embaixadores, certamente transgredida com frequência pelos próprios patrícios, tornava estes últimos extremamente atrativos.

Mas encontram-se aí razões mais profundas para não catalogar a obra de Ramusio somente na seção de literatura de viagem. Após o trabalho de edição e de pesquisa empreendido por Marica Milanese, no último quarto do século passado, compreendeu-se que as *Navigazioni e viaggi* não podem ser simplesmente apresentadas como uma compilação ou coletânea de materiais alheios. Por meio de um aparato paratextual constituído de introduções, discursos e dedicatórias, mas também de uma estrutura macrotextual não fortuita, Ramusio pacientemente construiu, mais do que apresentou, uma nova imagem do mundo.¹⁹ Portanto, como foi observado, essa construção comporta uma clara dimensão geopolítica.²⁰ Certamente, não é surpreendente que por muito tempo tenha sido problemático exaltar a dimensão literária e o escopo epistemológico da obra. As *Navigazioni* coroam o grande ensinamento das explorações: confirmam claramente, após Vespúcio, Guicciardini e outros, que a experiência dos modernos permite corrigir e superar a ciência dos antigos. A compilação de testemunhos em primeira mão constituía para os saberes da época uma inestimável contribuição. Os comentadores repetiam várias vezes uma mensagem frequentemente reiterada pelo próprio Ramusio: ao longo dos seus discursos, ele privilegia um público leitor constituído de estudiosos, e se mostra consciente de produzir uma obra que lhe dará um lugar de respeito no campo do saber geográfico. E, uma vez que estava em estreito contato com alguns dos maiores sábios e literatos do ambiente vênето – Fracastoro, Bembo,

Navagero –, alguns disseram que seu interesse pela literatura de viagem era essencialmente livresco e literário.²¹

Com isso, atribuíu-se pouca ou nenhuma consideração ao fato de que ele era em primeiro lugar um cidadão que permaneceu durante 50 anos como funcionário da Chancelaria da República marciana,* reconhecido como um dos mais exemplares secretários venezianos.²² É difícil imaginar que um homem que ocupou por tanto tempo cargos importantes no interior da Chancelaria possa ter se dedicado a um trabalho dessa magnitude sem que este estivesse de algum modo vinculado às suas funções político-administrativas. Não se deve também negligenciar o fato de que ele teve alguma experiência diplomática (na França, como secretário de Alvise Mocenigo, entre 1505 e 1507,²³ na Suíça e em Roma).²⁴ Mas certamente tiveram um peso maior as funções que Ramusio exerceu no Palácio: enquanto secretário do Senado, no final de 1515,²⁵ fez parte dos raros venezianos não pertencentes ao patriciado a terem conhecimento cotidiano e direto de todas as informações provenientes da ampla rede diplomática da Sereníssima: avisos, despachos e relatos.²⁶ Ele conhecia perfeitamente, então, a literatura diplomática veneziana. Não é de espantar que “não publicou nenhum documento veneziano, nenhum relato dos enviados venezianos que pudessem conter notícias importantes de Lisboa ou Sevilha sobre negócios do ultramar”.²⁷ Teria lhe custado muito caro divulgar tais textos fora da Secreta, e é prematuro deduzir da prudência de Ramusio que seu ofício não teria tido nenhuma influência sobre as *Navigazioni*.²⁸

Os secretários, sobretudo aqueles mais prestigiosos, acumulavam não somente uma perícia administrativa e jurídica, mas ainda um real poder político, muitas vezes mais eficaz do que o dos próprios patrícios que, contrariamente a eles, exercitavam seus ofícios por tempo determinado.²⁹ Nem um cidadão qualquer nem um literato desinteressado, Giovanni Battista Ramusio pertencia propriamente ao “coração do Estado” veneziano.³⁰ Como Maquiavel em Florença alguns anos antes, ele era um homem-chave da Chancelaria – o *Principe* e os *Discursos* não são concebíveis sem a experiência do secretário florentino; ainda que de modo menos manifesto, as *Navigazioni e viaggi* são afetadas igualmente pela experiência do secretário veneziano. Há aí uma profunda analogia

* O adjetivo “marciana” remete a São Marcos evangelista, considerado protetor de Veneza (*Treccani, L'Enciclopedia Italiana*. Disponível em: <<http://www.treccani.it/vocabolario/marciano>>. Acesso em 15/4/2014). (N. do T.)

entre o papel do compilador e o ofício do secretário – “um ofício que participa de todos os outros”. Segundo Francesco Sansovino,³¹ trata-se sempre de registrar, acumular, arquivar, classificar, decifrar, transcrever, anotar, traduzir, reescrever. Um trabalho de escrita e reescrita incessante não atribuível certamente a nenhum autor, já que o secretário, membro da Chancelaria, era como a “mão”, conforme a expressão consagrada, do corpo republicano. Não foi por acaso que Ramusio pretendeu que suas *Navigazioni* permanecessem anônimas.³² Podemos acreditar no editor Tommaso Giunti quando ele afirma que o desejado anonimato reflete a “singular e infinita modéstia”³³ do amigo defunto. Mas essa qualidade não é entendida como mera determinação psicológica: trata-se da modéstia específica do secretário que opera a serviço da instituição política coletiva – não por acaso Sansovino, poucos anos depois, sublinhava a grande humildade do secretário republicano como aquele que serve a um príncipe.³⁴ De fato, uma específica “subalternidade ao sistema aristocrático da burocracia veneziana”³⁵ explica em larga medida a atitude modesta e reservada, frequentemente ressaltada por aqueles que têm se ocupado da personalidade de Ramusio. Das *Navigazioni e viaggi*, mais do que o *autor*, ele foi o paciente e humilde *secretário*. Isso é verdade também em um outro sentido, na medida em que era próprio do secretário o domínio das sensíveis dialéticas envolvendo sigilo e publicidade da informação. O anonimato da obra redobrava o de muitos informantes evocados no texto,³⁶ e reforçava de certo modo a identidade veneziana de uma obra dedicada a tornar disponíveis, ao máximo, as informações geográficas até então pouco acessíveis, inéditas ou ocultas.

Para restituir o contexto e as razões das *Navigazioni e viaggi*, não basta, portanto, evocar os cultores da cosmografia no centro de um círculo de amigos excelsos e doutíssimos – Bembo, Navagero, Fracastoro, Manuzio, Castiglione etc. Como têm mostrado os estudos de Milanese e Donattini, é necessário interrogar a ligação entre uma incontestável finalidade epistemológica – substituir Ptolomeu³⁷ – e o complexo intrincado dos motivos e aspectos políticos e econômicos em torno do texto. Surge, assim, o desejo de formular uma hipótese, certamente difícil de verificar, mas rica em desenvolvimentos posteriores: as *Navigazioni e viaggi* podem ter motivações tanto políticas quanto literárias e científicas, exatamente na medida em que oferecem o necessário complemento (público) à soma dos conhecimentos (secretos ou, pelo menos teoricamente, destinados a assim permanecer) resultantes dos escritos dos embaixadores.³⁸ Quando se reflete sobre a história da pesquisa e da seleção das fontes das

Navigazioni,³⁹ compreende-se que Ramusio reuniu tudo o que, em matéria de informação geográfica, não era coberto pelo segredo político (no que se refere às fontes venezianas), principalmente tudo o que tratava das regiões exploradas ou ocupadas pelos soberanos estrangeiros, sobre as quais se tentou limitar a propagação de informação.⁴⁰

Isso reconduz diretamente a obra ramusiana ao “regime de informação e comunicação”⁴¹ do qual Veneza foi o centro, um regime de dupla tendência econômica – em conexão com a indústria da imprensa – e política, no quadro da dinâmica própria à República aristocrática.⁴² Desde o início do primeiro volume, manifestou-se a vontade de tornar público o que há muito tempo outros tinham querido manter em segredo. A primeira carta dedicatória a Fracastoro, embora exaltando estoicamente o imortal “tesouro do espírito”, de grande prestígio com respeito aos domínios temporais, coloca significativamente em evidência o uso político que poderá ser feito do texto de abertura, a inédita *Descrizione dell’Africa* de Leão, o Africano. O “grande conhecimento que se tem hoje” do mundo, graças às experiências dos modernos, torna Ptolomeu obsoleto: tal é a “causa” pela qual o autor estimou “ser desejável e talvez útil ao mundo reunir as narrações dos escritores de nossos tempos que estiveram na parte do mundo mencionada acima, da qual falaram de modo detalhado”. Ora, os destinatários não são somente “os estudiosos de questões de geografia”, que certamente não deviam “sentir prazer” com isso, mas sim os “senhores e príncipes”.⁴³

Mas o que diríamos do prazer que sentiam os especialistas e os estudiosos? Quem poderia duvidar que muitos dos senhores e príncipes tivessem se deleitado com esses conhecimentos? A quem pertencem os saberes, os segredos e as singularidades dessa parte do mundo e de todos os sítios da região, províncias e cidades, e as dependências que têm um do outro os senhores e povos que ali vivem?

Para o secretário da Chancelaria ducal, essa insistência na necessidade de que os príncipes soubessem os “segredos” geográficos é significativa, e impede que se reduza essa medida ao *tópos* estraboniano da utilidade da geografia para os políticos: mesmo aos secretários de alto nível, assim como aos patricios, foi vetado qualquer tipo de comunicação com os representantes dos soberanos estrangeiros em Veneza.⁴⁴ Portanto, o tema da publicação da informação geográfica até então secreta atravessa todo o primeiro volume das *Navigazioni*.

Do aparato discursivo da obra – isto é, das introduções ou das conclusões ramusianas aos relatos apresentados –, emerge uma reflexão sobre a possibilidade